

Ministérios poderão gastar com custeio

O presidente Lula deve assinar decreto autorizando os ministérios a gastarem por mês um doze avos das despesas de custeio urgentes e inadiáveis previstas na proposta orçamentária. A informação foi prestada pelo relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Merss. **Página 8**

Novas cédulas do real contra a falsificação

O presidente da Casa da Moeda, José dos Santos Barbosa, afirmou ontem no Senado que está pronto, à espera de "autorização competente", o projeto de uma nova família de cédulas do real. A iniciativa, segundo observou, poderá reduzir o risco de falsificação do dinheiro. **Página 8**

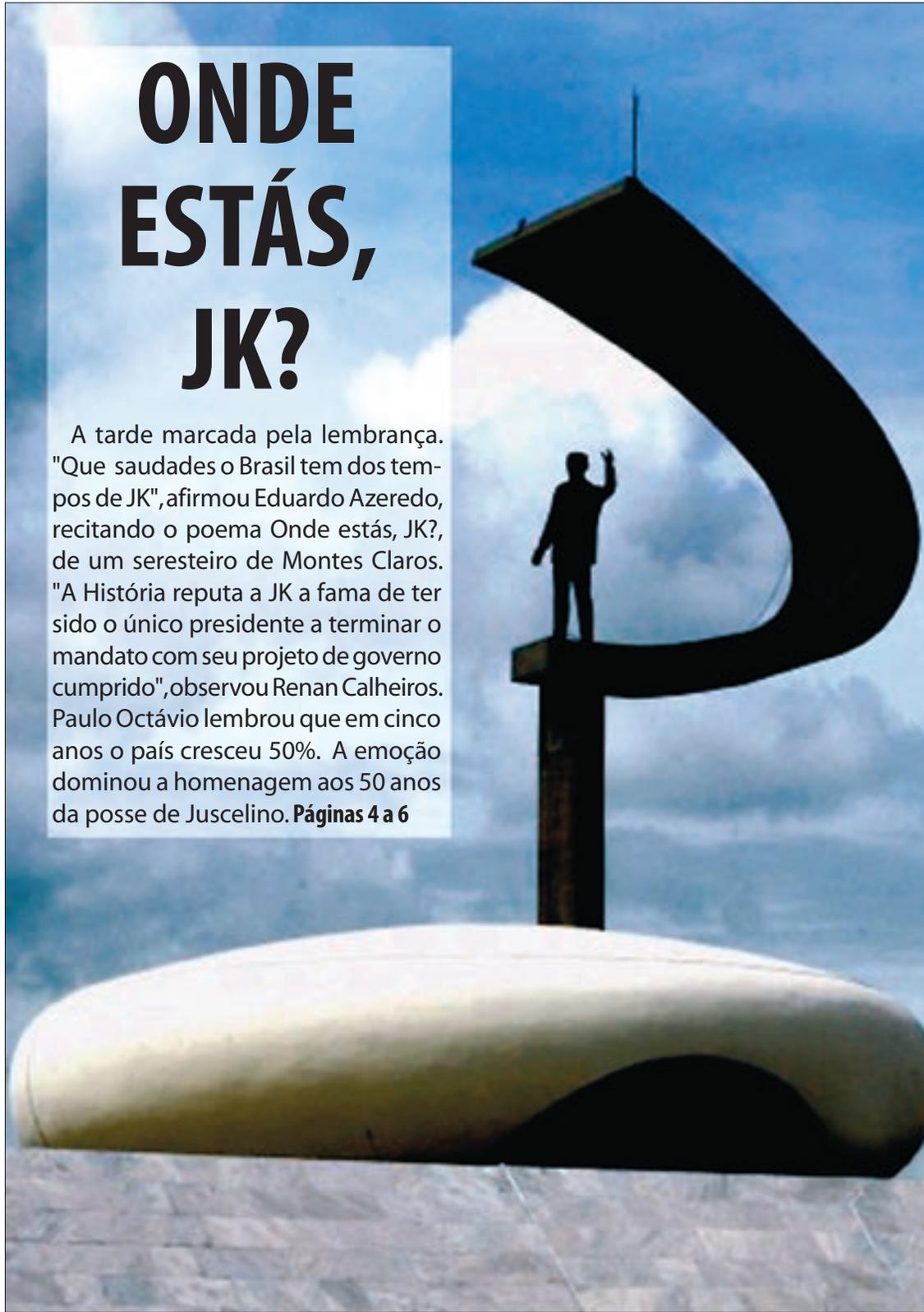
Urgência para normas sobre precatórios

A proposta com novas normas para o pagamento de precatórios – que está sendo discutida com o Poder Judiciário – irá tramitar em regime de urgência. A promessa foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a representantes da Associação Nacional dos Prefeitos. **Página 2**

Lindomar Cruz

ONDE ESTÁS, JK?

A tarde marcada pela lembrança. "Que saudades o Brasil tem dos tempos de JK", afirmou Eduardo Azeredo, recitando o poema Onde estás, JK?, de um seresteiro de Montes Claros. "A História reputa a JK a fama de ter sido o único presidente a terminar o mandato com seu projeto de governo cumprido", observou Renan Calheiros. Paulo Octávio lembrou que em cinco anos o país cresceu 50%. A emoção dominou a homenagem aos 50 anos da posse de Juscelino. **Páginas 4 a 6**



CPI pede indiciamento de 34 pessoas

Relatório sobre contrato entre Caixa Econômica e GTech é aprovado pela CPI dos Bingos

O indiciamento criminal de 34 pessoas e de três empresas está sendo requerido no relatório, que propõe também um decreto legislativo para extinguir o contrato entre a Caixa e a GTech. O atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e os ex-dirigentes Sérgio Cutolo e Emílio Carazzai teriam praticado crimes contra o processo licitatório, de prevaricação e de improbidade administrativa, segundo o documento. **Página 3**



Efraim (E) preside reunião que aprovou relatório de Garibaldi

Fechado acordo para limpar hoje a pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que os líderes partidários concordaram em destrancar hoje a pauta, examinando a medida que libera recursos para ministérios. Com isso, poderão ser votadas as propostas de gestão de florestas e de novas regras para as MPs. **Página 7**

Mercadante vê avanços na política externa

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, afirmou que os avanços na política externa, nos últimos três anos, derrubaram a teoria de que Lula não teria condições de representar bem o país nos fóruns internacionais. Mercadante fez comparações com o governo FHC. **Página 7**

Lula mente, dizem Heloísa e Mão Santa

O presidente Lula mente ao declarar que o governo resolveu o problema da dívida pública externa, segundo Heloísa Helena e Mão Santa. Heloísa disse que Lula age da mesma maneira que Fernando Henrique. Mão Santa advertiu que a dívida interna de R\$ 1 trilhão asfixia o país. **Página 7**

José Cruz

Novas normas sobre precatórios serão apresentadas em duas etapas: uma PEC e um projeto de lei complementar

Gerardo Magela



Renan (2º à direita) e Mercadante recebem integrantes da associação de prefeitos

Renan promete urgência para PEC dos precatórios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu a representantes da Associação Nacional de Prefeitos que fará tramitar em regime de urgência a proposição destinada a instituir novas normas para o pagamento de precatórios. O projeto, que está sendo aperfeiçoado com a ajuda do Poder Judiciário, será apresentado em duas etapas: primeiro, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que vincula cerca de 2,5% do Orçamento à criação de fundo

permanente de recursos para precatórios; depois, um projeto de lei complementar com os percentuais a serem aplicados.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que, desses recursos, 30% serão para o pagamento dos precatórios, do menor para o maior valor. Os outros 70% destinam-se a leilões nos quais o estado ou município poderá comprar o precatório de quem oferecer maior desconto sobre o valor de face (deságio).

Senado examina Cidade Digital no DF

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, pediu ontem o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, para a tramitação rápida do projeto de lei que cria a chamada "Cidade Digital". A proposta já foi aprovada, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados e deve chegar ao Senado na quinta-feira.

Renan disse que reafirmou seu compromisso de votar o projeto em caráter de urgência

urgentíssima, assim que chegue ao Senado.

Medidas provisórias

Renan também falou sobre a PEC 72/05, que propõe mudanças na edição e trâmite das medidas provisórias (MPs). Segundo ele, as mudanças, que podem ser votadas hoje, não têm como objetivo extinguir as MPs, mas aprimorar o processo com a especificação de prazos e tramitação, tanto na Câmara quanto no Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário deve votar recursos para ministérios

A sessão de hoje é deliberativa e está marcada para as 14h. A pauta está trancada pela Medida Provisória 268/05, que libera recursos para ministérios. Se for votada, o Plenário pode discutir a Proposta

de Emenda à Constituição 72/05, que altera a tramitação das medidas provisórias. Deve analisar ainda proposições que regulamentam os dispositivos da Emenda Constitucional 45, a reforma do Judiciário.



Dono de aeronave suspeita no caso Havana vai à CPI dos Bingos

O empresário Roberto Carlos Kurzweil, que, segundo denúncias, é dono da aeronave que teria transportado dólares doados por Cuba ao

PT, depõe na CPI dos Bingos hoje, em reunião prevista para depois do encontro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por

volta das 12h. A CPI também ouviu Carlos Roberto Martins e Messias Antonio Ribeiro Neto, proprietários de casas de jogos em Goiânia.



Hélio Costa discute TV digital em audiência

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, é o convidado da reunião conjunta da Comissão de Educação (CE) e as subcomissões de Cinema, Teatro e Comunicação Social e de Ciência e Tecnologia, às 10h. O ministro

discute com os parlamentares propostas para a implantação da TV digital no Brasil e critérios para a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

CPI ouve donos da corretora Bônus-Banval

A CPI dos Correios ouviu os ex-diretores da corretora Bônus-Banval Breno Fischberg e José Pompeu

de Campos Neto. A corretora foi responsável pelo repasse de recursos do valerioduto para o PP e pode

ter realizado operações com fundos de pensão, que também estão sob suspeita da CPI.

Presidente da Comissão de Ética Pública fala à Sub-Relatoria dos Correios

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI dos Correios, coordenada pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), reúne-se hoje às 10h para ouvir o presidente da Comissão de Ética Pública da

Presidência da República, ministro Fernando Neves da Silva. O colegiado discute propostas legislativas que poderiam inviabilizar os esquemas de corrupção identificados pelas investigações.



Relatórios do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião prevista para as 10h30. Os parlamentares continuam a discutir os relatórios setoriais da proposta de lei orçamentária para 2006. Dos dez textos em análise, a CMO já aprovou quatro: Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Poderes de Estado e Representação; Agricultura; e Educação.

Propostas sobre gás natural na CCJ

Às 9h30, está prevista reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Tramitam na comissão três projetos referentes a gás natural. Um deles trata da importação, exportação, processamento e comercialização de gás natural (PLS 226/05), enquanto os outros dois (PLS 100 e 101/04) criam programas específicos sobre o tema.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros e Flexa Ribeiro

Abramo critica alto número de cargos de confiança

O coordenador da ONG Transparência Brasil, Cláudio Abramo, em depoimento à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, condenou ontem o alto número de cargos de confiança da estrutura governamental brasileira e defendeu a execução obrigatória do Orçamento da União.

Na opinião de Abramo, a existência de mais de 22 mil cargos de confiança no governo permite a instalação de grupos de interesse dentro do aparelho do Estado para troca de favores.

– A liberdade de nomeação, no caso dos Correios, é o que mostra mais evidentemente a gênese da corrupção – avaliou.

O depoente criticou ainda o “enorme cuidado” das autoridades financeiras no que se refere aos sigilos bancário e fiscal – que é usado para impedir que os órgãos de controle investiguem –, e a falta de coordenação e compartilhamento de dados entre as instituições de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU).

Procurador quer mais publicidade na execução de obras

O procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Paraná, Laerzio Chiesorin Júnior, disse ontem, na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI dos Correios, que ocupantes de cargos públicos deveriam colocar seus sigilos bancário, fiscal e telefônico à disposição dos órgãos de controle.

Esta foi uma das sugestões que Chiesorin, representante da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), fez ao colegiado, para a elaboração de projetos de lei que confirmem mais transparência à administração pública. Outra sugestão foi a defesa de nomeações segundo critérios técnicos e não políticos.

– Entendo que sempre será necessária uma categoria de pessoas que sigam a orientação do novo gestor, mas o problema é que, em certas localidades, os cargos de confiança substituem toda uma gama de servidores – criticou. Chiesorin também destacou a obrigação legal de conferir publicidade ao andamento da execução das obras públicas, para que elas não sejam utilizadas como escondores de recursos.

Relatório requer o indiciamento criminal de 34 pessoas e de três empresas e propõe apresentação de decreto legislativo para extinguir contrato de processamento de loterias entre a CEF e a GTech

CPI dos Bingos aprova relatório parcial sobre contrato da GTech

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos aprovou ontem o relatório parcial sobre a renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a multinacional GTech para o processamento de loterias federais. O documento, elaborado pelo relator da comissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), requer o indiciamento criminal de 34 pessoas e de três empresas. O relatório propõe a apresentação de um decreto legislativo para extinguir o contrato firmado entre o banco e a multinacional, que passaria a vigorar a partir de 14 de maio deste ano, vedando sua prorrogação.

O trabalho do relator foi aprovado sem que tenham sido apresentadas as 12 emendas apresenta-

das pelos parlamentares ao texto original, as quais serão analisadas posteriormente pelos integrantes da CPI dos Bingos. O relatório requer o indiciamento do atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso, além de dois ex-dirigentes da instituição, Sérgio Cutolo e Emílio Carazzai. Os três teriam praticado, segundo Garibaldi, crimes contra o procedimento licitatório, de prevaricação e de improbidade administrativa.

O relatório também requer o indiciamento do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz da Silva; do assessor do Ministério da Fazenda Adermison Ariovaldo da Silva; do ex-assessor da prefeitura de Ribeirão Preto (SP), Rogério Buratti, durante a gestão de Antonio Palocci; e

do empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O documento ainda sugere a responsabilização das empresas MM Consultoria e S. Santos pelo crime de lavagem de dinheiro.

Decreto legislativo

O projeto de decreto legislativo que será encaminhado ao Congresso estabelece que a Caixa deverá regularizar o cronograma estabelecido no contrato até 19 de março deste ano, como forma de favorecer a transição do antigo modelo de operação das loterias para o novo. A proposição estipula ainda que o Tribunal de Contas da União (TCU) fará o acompanhamento da execução dos serviços lotéricos.



O relatório de Garibaldi (à direita, conversando com Efraim, à esquerda) foi aprovado sem inclusão de emendas

Novo pedido de quebra de sigilos de Okamoto

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que rerepresentará o requerimento em que solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do atual diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto. A proposta deverá ser votada hoje pela CPI dos Bingos, conforme previsão do presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB).

Aprovado pela comissão na semana passada, o requerimento foi negado na segunda-feira pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, sob a alegação de que o pedido fundamentava-se em “notícias veiculadas em matérias jornalísticas, sem sequer indicar um fato

concreto”.

– O requerimento foi apresentado em função do depoimento de Okamoto na CPI, que declarou ter pago a conta de Lula, e não em notícias de jornal – disse Antero Paes de Barros.

A decisão de Nelson Jobim e as supostas críticas do advogado de Okamoto, Marcos Augusto Perez – que teria acusado a CPI dos Bingos de “fazer circo e praticar abuso de autoridade” –, também foram comentadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

– A decisão de Jobim prejudica o andamento da comissão. Okamoto é realmente o homem da caixa do presidente Lula. Se não fosse, seria o primeiro a querer que se abrisse o sigilo – afirmou

Antonio Carlos.

O senador Artur Virgílio (PSDB-AM) criticou a postura adotada pelo presidente do Sebrae, um “homem público”, em requerer proteção judicial.

– Todos deveriam dividir seus segredos com a sociedade – disse o líder do PSDB no Senado.

Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou “fundamental” a rerepresentação do requerimento de Antero Paes de Barros.

– Se admitirmos essa obstrução sistemática aos trabalhos da CPI estaremos levando a comissão ao fracasso total. Não haverá razão para a instalação de CPIs se não tivermos prerrogativa na quebra de sigilos – concluiu Alvaro Dias.

ACM Neto diz que não vai isentar fundos de pensão

O sub-relator de Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), declarou que não vai isentar os responsáveis pelos fundos de pensão pelos prejuízos na carteira de investimento dessas instituições.

Na sub-relatoria, o consultor de investimentos da Fundação de Seguridade Social (Geap), Cesar Buzin, afirmou que a entidade não detectou nenhuma irregularidade nas operações processadas com os recursos que administra. Segundo ele, a Geap aplica 35% dos seus recursos em títulos públicos e o restante (65%) em papéis de terceiros, negociados no mercado. Diante de levantamentos da sub-relatoria, ele assinalou que a fundação vai aprofundar as discussões internas para prevenir irregularidades e apurar as suspeitas. Buzin falou na condição de convidado, pois acompanhava o depoente convocado, o diretor de Administração e Finanças da Geap, Josemar Pereira dos Santos, que também foi ouvido.

Representantes da Euro não explicam negociações

Os representantes da corretora Euro, que negocia com diversos fundos de pensão, não esclareceram as operações nas quais obtiveram lucros muito acima da média do mercado. Jorge Luiz Gomes Chrispim e Sérgio de Moura Soeiro, representantes da corretora, prestaram depoimento ontem na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios.

Chrispim, responsável pelos investimentos da Euro, prometeu esclarecer por escrito as razões pelas quais o fundo Prece, dos funcionários da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, comprou títulos públicos negociados pela Euro a um preço bem superior ao pago pela Euro à Brasil Central, outra corretora. Para o sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), ou a Prece estava pagando uma quantia exagerada ou a Brasil Central estava negociando os títulos por um valor abaixo do de mercado, possivelmente para “mascarar alguma coisa”.

Em virtude de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, a parte final da oitiva aconteceu em caráter sigiloso.

1902



Diamantina (MG), 12 de setembro de 1902: filho do caixeiro-viajante João César de Oliveira e da professora primária Júlia Kubitschek, nasce Juscelino Kubitschek de Oliveira. Na foto, Juscelino com sua irmã Maria da Conceição (Naná).



Em 1927, Juscelino conclui a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e vai trabalhar na Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia, na capital mineira. Posteriormente, faz especialização em Paris. Em 1931, casa-se com Sarah Gomes de Lemos.

1927

1934

Em 1934, elege-se deputado federal, exercendo o mandato até 1937, quando o Congresso é fechado. Em 1940, Benedito Valadares nomeia Juscelino para o cargo de prefeito de Belo Horizonte. Em 1946, ingressa no Partido Social Democrático (PSD), pelo qual se reelege para a Câmara Federal. Exerce o mandato até 1950, quando é eleito governador de Minas Gerais.

Juscelino, o homem que colocou o Brasil no futuro

Senadores exaltam em pronunciamentos importância da obra empreendida pelo fundador de Brasília nos campos político, econômico e social

A obra realizada por Juscelino Kubitschek foi exaltada ontem, em pronunciamentos no Plenário, durante sessão especial em comemoração aos 50 anos de sua posse.

Na sessão, presidida por Renan

Calheiros, foram entoadas músicas que lembravam o clima dos Anos Dourados, como *Eu Sei que Vou te Amar*, *Pela Luz dos Olhos Seus*, *Carinhoso* e *Garota de Ipanema*.

Entre os convidados estavam

os governadores do DF, Joaquim Roriz, e de Goiás, Marconi Perillo; o arcebispo emérito de Brasília, dom José Freire Falcão; o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa; o presidente do Tribunal de Justiça do

DF, desembargador José Jerônimo de Souza; e Anna Christina Kubitschek Pereira, neta de JK e esposa do senador Paulo Octávio (PFL-DF). Também assistiu à sessão o advogado de Jataí (GO) Antônio Soares Neto, o Toni-

quinho. Ele teria perguntado ao então candidato a presidente se, eleito, cumpriria a Constituição, construindo a nova capital. Segundo Soares, JK respondeu que, a partir daquele momento, esse se tornaria seu maior objetivo.

RENAN CALHEIROS



Único presidente que terminou o mandato com projeto cumprido

“A história – injusta para uns, implacável para outros – reputa a JK a fama de ter sido o único presidente a tomar posse com um projeto e terminar o seu mandato com esse projeto cumprido”, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Conforme o senador, Juscelino assumiu a Presidência disposto a promover o desenvolvimento do Brasil e garantir a geração de emprego. O seu projeto de governo tinha como pilares energia, transportes, alimentação, educação e indústria de base, lembrou.

– Depois de JK, nenhum presidente realizou um plano de desenvolvimento com política industrial. Ele foi um grande político, independentemente de suas qualidades e seus defeitos. Teve um grande sentido de construção de nação.

PAULO OCTÁVIO



Metas levaram a economia a registrar crescimento de 50%

Autor do requerimento de homenagem, Paulo Octávio (PFL-DF) ressaltou a importância do plano de metas traçado por Juscelino Kubitschek, que levou a economia do país a um crescimento de 50%.

O seu governo, destacou, baseava-se na integração de investimentos em energia, transportes, industrialização, educação e saúde. Essa fase, recordou, culminou com a abertura de 13 mil quilômetros de estradas, a implantação da indústria automobilística e a construção de Brasília.

O slogan da campanha de JK, que prometia “50 anos em 5”, também foi lembrado pelo senador. Paulo Octávio ressaltou que, com a cassação do mandato de senador, no regime militar, Juscelino se viu impedido de tentar o retorno à Presidência da República.

ANTONIO C. MAGALHÃES



“Por mais que queiram imitá-lo, isso não acontecerá”

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) recordou as principais realizações de Juscelino à frente do governo. O senador lembrou que a plataforma de JK consistia em 30 metas distribuídas em cinco setores, além da construção de Brasília, a meta de número 31, denominada de “meta-síntese”.

– Por mais que queiram imitá-lo, isso não acontecerá. Poucos foram e serão assim neste país – disse, salientando que, durante o governo Juscelino Kubitschek, a produção industrial do país cresceu 80%.

– Sua alegria contagiava o Brasil. A vontade do povo era sua meta maior – enfatizou Antonio Carlos, que, ao final do discurso, leu duas das muitas cartas que recebeu de JK, após a cassação do mandato de senador pelo estado de Goiás.

EDUARDO AZEREDO



Capacidade de fazer contato direto com a população

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) deu ênfase à originalidade de Juscelino em sua trajetória como político. Ele lembrou que JK foi pioneiro em usar “santinhos” e *outdoors* nas campanhas, e destacou sua capacidade de fazer contato direto com a população.

– Antes dele, se a localidade não era servida por trem, lá não comparecia o candidato. JK utilizou muare, canoas, vapores, automóveis, caminhões e avião para fazer contato com a sociedade – disse, ao frisar que, na campanha para deputado, em 1934, chegou a visitar todas as casas de Diamantina (MG).

– Que saudades o Brasil tem dos tempos de JK! – concluiu o senador, recitando o poema *Onde estás, JK?* de autoria do Velho Olegário, seresteiro de Montes Claros (MG).

ALOIZIO MERCADANTE



Endividamento não reduz importância do trabalho de JK

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o fundador de Brasília deve ser reconhecido pelo projeto de integração que realizou. Ele recordou que, partindo da “importante e consistente base industrial deixada por Vargas”, JK promoveu um conjunto de investimentos modernizadores, que permitiram a instalação no país da indústria de bens de capital e da indústria automobilística.

– O fato de a política econômica ter provocado uma crise fiscal e endividamento externo relevante não diminui a importância da sua obra.

Mercadante louvou ainda a vocação democrática de JK e citou como maior exemplo disso a anistia aos participantes da revolta de Jacareacanga, “gesto histórico num país marcado pelo autoritarismo”.

ARTHUR VIRGÍLIO



Exemplo de um democrata e grande realizador de obras

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a sessão especial em comemoração aos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República “reflete a riqueza da grande figura humana que foi JK”.

Ele observou o quanto seria bom para o país se um líder de massas com visão de futuro, leal e inteligente como Juscelino, governasse o país com as atuais facilidades e rapidez no acesso à comunicação e ao conhecimento.

Apesar de eventuais equívocos nas suas políticas econômica e administrativa, Virgílio disse que JK tem um saldo enorme no conjunto da obra, que começa no democrata e termina no realizador.

– Ele foi um exemplo de convicção democrática – assinalou o parlamentar.

1951

Reprodução/Blodi Editores



Eleito governador em 1950, Juscelino Kubitschek toma posse em 31 de janeiro de 1951, juntamente com o presidente Getúlio Vargas, que conquistara seu mandato nas urnas. Na foto, JK inspeciona uma das barragens do famoso binômio energia-transporte, que marcou sua gestão.

Reprodução Arquivo Público DF/ARPDF



1955

Aos 54 anos, Juscelino Kubitschek vence as eleições presidenciais de 1955, obtendo 36% dos votos pela coligação PSD-PTB. Toma posse no dia 31 de janeiro de 1956, depois de uma tentativa fracassada de golpe. Anistiou os militares revoltosos e iniciou seu governo com a promessa de fazer "50 anos em 5".

1956

Em 18 de abril assina, no aeroporto de Anápolis (GO), a mensagem a ser enviada ao Congresso, juntamente com o projeto de lei propondo a transferência da capital da República para o Planalto Central. Em 19 de setembro, Juscelino sanciona lei fixando os limites do futuro Distrito Federal.

HERÁCLITO FORTES

Fotos: Roosevelt Pimheiro



Audácia e esperança como legado de um ídolo de infância

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que o principal legado que sua geração recebeu de Juscelino Kubitschek foi a audácia. Heráclito disse que seu primeiro ídolo de infância foi o ex-presidente, "devido ao que ele representava em termos de renovação e esperança para o Brasil".

– Tanto é verdade que até hoje, aos 55 anos, o único hino que sei cantar do começo ao fim é o do PSD – declarou o senador, referindo-se ao Partido Social Democrático, agremiação que Juscelino ajudou a fundar e pela qual se elegeu presidente em 1955.

O discurso de Heráclito Fortes fez parte das homenagens que os senadores prestaram ao ex-presidente, ontem, durante as comemorações de 50 anos de sua posse na Presidência da República.

MÃO SANTA



Exemplo mais notável de homem público brasileiro

Na homenagem aos 50 anos de posse do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o senador Mão Santa (PMDB-PI) distinguiu o construtor de Brasília como o exemplo mais notável de homem público brasileiro. Valendo-se de uma frase do próprio Juscelino, que afirmou não conseguir guardar ódio em seu coração, o senador exclamou:

–Brasileiros e brasileiras não podem ter ódio no coração, têm que ter JK!

Ele lembrou que ainda era estudante em Parnaíba (PI), sua cidade natal, quando conheceu o ex-presidente. Apesar de pertencer a uma família de "udenistas" (referência ao partido da União Democrática Nacional, extinto em 1964), Mão Santa lembrou a maneira espontânea como JK comunicava-se com "a gente do povo".

SERYS SLHESSARENKO



Democrata que promoveu crescimento com distribuição

Para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a homenagem aos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República é uma oportunidade para discorrer sobre o processo democrático brasileiro. A senadora ressaltou que a passagem de JK pelo poder foi marcada por relativa estabilidade política, pelo crescimento econômico com distribuição de renda, pelo respeito à democracia e pelo novo papel ocupado pelo Brasil na campo internacional.

– Juscelino foi um democrata e um estadista, conseguindo conciliar crescimento com estabilidade política e abrindo espaço para a área cultural – disse.

Serys lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera JK o melhor presidente que o Brasil já teve.

MAGUITO VILELA



Homenagem de Jataí, a mais juscelinista das cidades brasileiras

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) destacou o papel de sua cidade, Jataí, em Goiás, na trajetória de Juscelino Kubitschek.

Foi em Jataí, em 4 de abril de 1955, que JK iniciou a campanha rumo ao Palácio do Catete. Na mesma ocasião, discursando em cima de um caminhão numa oficina mecânica (porque a chuva impedira a realização do comício a céu aberto), Juscelino prometeu que transferiria a capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central.

Maguito apresentou ao Plenário o autor da interpeção que levou JK a fazer a promessa, Antônio Soares Neto, o Toniquinho. Ele recebeu os cumprimentos das autoridades presentes à sessão do Senado.

– A minha cidade é talvez a mais juscelinista de todas as cidades brasileiras.

JOSÉ AGRIPINO



Testemunho das melhorias que mudaram o Nordeste

Dirigindo seu pronunciamento à neta do ex-presidente Juscelino Kubitschek, Anna Christina Kubitschek, esposa do senador Paulo Octávio (PFL-DF), o senador José Agripino (PFL-RN) confessou que durante sua infância e juventude viveu em um ambiente de oposição a JK. Seu pai, Tarcísio Maia, e seu tio, João Agripino, militavam na UDN e faziam oposição ao presidente JK. O senador disse que, apesar disso, nunca assumiu uma postura anti-Juscelino.

– Em política não se deve acreditar no que dizem, mas no que se vê – ressaltou.

Além de testemunhar as melhorias promovidas pelo então presidente nas estradas brasileiras, Agripino disse que viu a industrialização chegar a Natal graças a uma decisão de JK: a criação da Sudene.

EDUARDO SUP LICY



Lembranças do entusiasmo de JK e lição de amor ao país

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem aos familiares de Juscelino Kubitschek presentes no Plenário que aprendeu com ele o sentimento de amor ao país. Lembrou que, com 19 anos, começou a acompanhar a campanha de JK à Presidência e admirava a maneira didática que expunha sua visão sobre a nação.

O senador frisou que assistia na TV, em preto e branco, JK dialogando com o povo, sempre com um mapa na mão. Sua atuação começou então a entusiasmar jovens como ele a acreditar no Brasil, completou. Suplicy destacou que pediu de presente de aniversário ao pai uma viagem a Brasília por ocasião de sua inauguração, quando percebeu o arrebatamento das pessoas que participaram da construção da capital.

1960

F. Fiedler/ARPDF



Em 21 de abril de 1960, Juscelino Kubitschek declara inaugurada a nova capital, Brasília, cuja construção foi sua promessa de campanha. Na foto, ele está acompanhado do então vice-presidente, João Goulart.

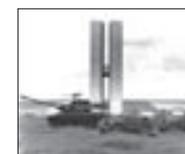
Em 31 de janeiro de 1961, transmite o poder a Jânio Quadros. Nas eleições extraordinárias realizadas em 4 de junho, é eleitor senador por Goiás na legenda do PSD.



CPDOC/FGV

1964

Em 31 de março de 1964, eclode o golpe militar que derruba o então presidente João Goulart, que havia sucedido a Jânio Quadros. JK tem seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Seu partido, o PSD, decide sair do bloco de apoio ao presidente Castello Branco. O ex-presidente parte para o exílio.



Arquivo Público do DF

1967

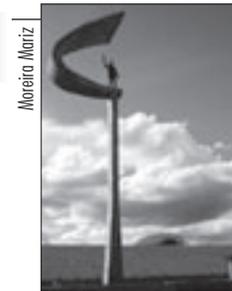
1967

Retorna do exílio, fixando residência no Rio de Janeiro, em 1967. Une-se a Carlos Lacerda e João Goulart na articulação da Frente Ampla, de oposição ao regime militar. Ainda no mesmo ano, assume o cargo de diretor-presidente do conselho administrativo do Banco Denasa de Investimento. Em 1968, com a extinção da Frente Ampla, em razão do agravamento da situação política, abandona o cenário político, dedicando-se à área empresarial.

1976

Morre, no dia 22 de agosto de 1976, vítima de desastre na Via Dutra, nas proximidades de Rezende (RJ).

Fonte: www.cpdoc.fgv.br



Em abril de 1980, Brasília inicia a construção de monumento em homenagem a Juscelino – Memorial JK –, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. A obra é inaugurada em 12 de setembro.

1974

Em 1974, é eleito membro da Academia Mineira de Letras. Em 1976, recebeu o troféu Juca Pato conferido pela União Brasileira de Escritores, em São Paulo, por ter sido eleito o intelectual do ano de 1975. Nessa época, abandona suas funções junto ao Banco Denasa e passa a dedicar-se à administração da fazenda que possuía em Luziânia (GO).

1980

RAMEZ TEBET



Espírito de JK influenciou governador do DF

Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o espírito de Juscelino Kubitschek ficou em Brasília e inspirou o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz.

O senador assegurou que isso “pode ser medido pelo arrojo do governador, que, em quatro governos, transformou a capital”. Ele ressaltou ainda a importância das obras viárias realizadas pela administração do DF, entre elas a ponte JK.

Tebet recordou seu passado como estudante no Rio de Janeiro, quando, afirmou, as idéias progressistas de Juscelino eram discutidas com ênfase no meio estudantil. O parlamentar frisou que JK se sobressaiu numa época de partidos fortes, como PSD, UDN e PTB, “quando grandes representantes ocupavam as tribunas do Parlamento”.

AMIR LANDO



Presença "no coração de todos os brasileiros"

Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que o então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira “projetou a sociedade para além de seu tempo”.

Para o senador, JK “está no coração de todos os brasileiros”. Lando ressaltou que o ex-presidente tinha um projeto de reconstrução nacional, “tinha um projeto de Brasil”. O parlamentar disse ainda que Juscelino soube compreender a sociedade brasileira e “construiu a grandeza do Brasil”.

Amir Lando lembrou que, além da construção da BR-010 (Rodovia Belém-Brasília), JK construiu a BR-364 (conhecida como Leste-Oeste ou Brasil-Acre), atualmente denominada Rodovia Presidente JK, que liga o estado do Acre ao restante do país, passando por Rondônia.

DEMOSTENES TORRES



Um grande administrador porque sabia conciliar

Demostenes Torres (PFL-GO) disse que JK foi o primeiro presidente que soube compreender o Brasil como um país no qual convivem duas realidades opostas: uma desenvolvida e outra atrasada. A seu ver, JK soube colocar a face atrasada do Brasil na rota do desenvolvimento.

– O Brasil precisa de um novo JK, de um homem que faça este país voltar à sua vocação. Juscelino não teve medo de enfrentar inflação, oposição, passou por várias tentativas de golpe militar e ainda foi capaz de perdoar. Era um grande administrador porque sabia conciliar – ressaltou.

Para Demostenes, JK é o melhor representante do homem cordial, característica do brasileiro retratada na obra *Raízes do Brasil* pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda.

CRISTOVAM BUARQUE



Período de encantamento criativo

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), Juscelino continua reverenciado como o mais importante dos presidentes eleitos porque seu governo foi um período de encantamento criativo.

– Depois dele, não tivemos mais qualquer outra mudança de rumo. O Brasil acelerou, retrocedeu, ficou autoritário, redemocratizou-se, teve crises e até tornou-se uma potência econômica. Tudo isso no mesmo rumo, sem buscar o desenvolvimento com justiça social.

Segundo Cristovam, JK fez do Brasil um canteiro de obras e um parque de indústrias. O senador salientou que é hora de fazer do país uma imensa escola, do tamanho de seu território, e com ela transformar um Brasil rico e desarticulado numa nação justa e eficiente.

“Muito mais do que a mim, cassam os direitos do Brasil”

O Brasil que respirava otimismo, do presidente Juscelino Kubitschek, ficara para trás. Depois de JK, o “presidente bossanova”, que concebera “50 anos em 5”, o país vivia uma crise que parecia não ter fim. Em 1964, começou o período militar, com a derrubada de João Goulart. Avaliando sua cassação como inevitável, o então senador por Goiás Juscelino Kubitschek subiu à tribuna do Senado e proferiu um discurso histórico. Era 3 de junho de 1964.

“Na previsão de que se confirme a cassação dos meus direitos políticos, que implicaria a cassação do meu direito de cidadão e de representante do povo de Goiás, julgo de meu dever dirigir, desta tribuna, algumas palavras à nação brasileira. Faço-o agora para que, se o ato de violência vier a consumir-se, não me veja eu privado do dever de denunciar o atentado que na minha pessoa vão sofrer as instituições livres”, disse.

As suspensões dos mandatos e dos direitos políticos foram previstas no Ato Institucional

nº 1. As primeiras listas de cassados eram de inimigos declarados do regime militar. Sobre JK, no entanto, não pesavam acusações. Ele ameaçava o regime por sua popularidade, que inflava sua candidatura ao Planalto em 1965, nas eleições que poderiam restaurar a democracia.

“Não tenho agora de que me defender. (...) Não sei exatamente de que me acusam; só recolhi boatos e murmúrios de velhas estórias já desfeitas e desmoralizadas por contestações irretorquíveis”, continuou. Os jornais da época registram que o Senado ouviu o discurso em silêncio. “Esse ato é um ato de usurpação, e não um ato de punição. Será um ato de traição às promessas da revolução que oferecia uma oportunidade a todos os brasileiros de colaborarem na obra comum de reconstrução do país. Muito mais do que a mim, cassam os direitos políticos do Brasil”, concluiu.

Em 8 de junho de 1964, foi assinado o ato que cassou o mandato de JK e suspendeu seus direitos políticos por dez anos.

Iniciativas para marcar os 50 anos da posse

Quatro senadores – Paulo Octávio (PFL-DF), José Sarney (PMDB-AP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS) – compõem a comissão encarregada de dar continuidade às ações do Senado para comemorar os 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República. A comissão foi

designada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, no encerramento da homenagem a JK durante a sessão plenária de ontem.

Renan sugeriu três iniciativas: o relançamento do principal livro de Juscelino, *Por que construí Brasília*, de 1976; a edição da produção parlamentar e do Plano de Metas de JK; e a

organização de concurso literário, com prêmio em dinheiro, para estudantes de graduação e pós-graduação. O presidente do Senado comunicou ter solicitado o apoio do 1º secretário, senador Efraim Morais (PFL-PB), e do diretor-geral, Agaciela da Silva Maia, na preparação das ações do Senado para homenagem JK.



À mesa, José Jerônimo, Anna Christina, Joaquim Roriz, Renan Calheiros e Marconi Perillo

Para Mercadante, Brasil avançou na política externa

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que os avanços que o Brasil alcançou na política externa, nos três anos de governo do presidente Lula, derrubaram a teoria levantada na campanha eleitoral de que o então candi-

dato Lula não teria condições de representar bem o país nos fóruns internacionais. A opinião foi emitida em pronunciamento ontem, em que apresentou números e fez comparações com a gestão Fernando Henrique Cardoso.

Na avaliação de Mercadante,

o país experimentou um salto qualitativo no protagonismo internacional, especialmente no que diz respeito à perspectiva de alterar as desigualdades impostas pelo processo de globalização. O senador citou como exemplo a criação e a liderança do G-22

(grupo de países em desenvolvimento e emergentes que se estruturou em Cancún, no México, para enfrentar, principalmente, o problema dos subsídios agrícolas e das barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos e pelos países europeus).

Heloísa Helena: Lula não resolveu dívida externa pública

Waldemir Rodrigues



Heloísa Helena

Heloísa Helena (PSOL-AL) acusou ontem o presidente Lula de mentir ao fazer declarações públicas dizendo que resolveu

o problema da dívida externa pública. A senadora considerou “desolador para a esquerda” o fato de o governo Lula enaltecer o conjunto de medidas econômicas propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Heloísa Helena criticou também o governo por fazer uso político dos resultados conseguidos com o programa Bolsa-Família, que, em sua avaliação, “virou política de manipulação eleitoral”. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se colocou à disposição para debater com maior aprofundamento o assunto com parlamentares do PSOL.

Mão Santa diz que dívida interna asfixia o país

Waldemir Rodrigues



Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) criticou a administração da dívida pelo governo Lula. Chamou de mentiroso o anunciado pagamento

da dívida externa, já que, segundo o senador, o país continua a se endividar com outros organismos que não o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para Mão Santa, “o grande nó que asfixia” o país é a dívida interna. O senador salientou que ela atingiu um R\$ 1 trilhão.

– E sobre esse valor pagamos os juros mais altos do mundo. Estima-se que este ano o país pagará de juros 160 bilhões [de reais]. É inacreditável. Espero que o presidente Lula explique na sua campanha por que não tem dinheiro para nada, mas tem para pagar os banqueiros – afirmou o senador.

Renan Calheiros anuncia acordo entre líderes para apreciação de medida provisória que obstrui a deliberação sobre as demais matérias da ordem do dia

Senado deve liberar pauta hoje e votar novas regras para as MPs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário que os líderes partidários acordaram destrancar a pauta de votações na sessão de hoje, com a apreciação da Medida Provisória 268/05, e em seguida votar as demais matérias da ordem do dia, que deve começar às 15h. Entre os projetos que aguardam exame está o que trata da gestão de florestas públicas (PLC 62/05).

Renan afirmou ser possível votar na mesma sessão a proposta de emenda à Constituição (PEC

72/05) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que muda as regras para edição e tramitação de medidas provisórias (MPs). Para isso, as cinco emendas apresentadas pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), precisam ser examinadas de manhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele defende a manutenção da eficácia imediata das MPs, que a PEC retira ao estabelecer que elas só passariam a ter força de lei depois de apreciadas pela CCJ da

Câmara ou do Senado.

O presidente do Senado fez apelo por uma rápida aprovação da PEC, considerada por ele “fundamental para o país e para o Legislativo”. Renan argumentou que o Senado ainda teria a oportunidade de mudar a proposta no retorno da matéria à Casa depois de aprovada pela Câmara.

O senador informou que o projeto que cria a nova loteria chamada Timemania (PLC 143/05) deve ser votado na quarta-feira da próxima semana.

Lei de Florestas também é prioridade

Antes de se reunir com os líderes, o senador Renan Calheiros anunciou que, além das novas regras sobre medidas provisórias, deverá ser votada na sessão de hoje a Lei de Florestas. Ele informou que há consenso partidário em torno da importância da proposta para a preservação do meio ambiente e para a implantação definitiva do modelo de desenvolvimento sustentável.

Com relação a uma candidatura própria do PMDB, o senador disse que é importante ter calma

nesse momento e aguardar a evolução natural do quadro político-eleitoral.

Renan não vê intromissão indevida do Supremo Tribunal Federal (STF) nas investigações das CPIs. Para o senador, a decisão do ministro Nelson Jobim tem a ver com a competência constitucional do STF. “As CPIs têm poderes judicantes e, se os têm, terão que seguir o processo legal. Não há como ter poderes judicantes e não seguir o processo legal”, analisou.

Homenagem à viúva de Luther King

Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que o Senado preste uma homenagem à viúva do líder negro norte-americano Martin Luther King Junior, Coretta King, falecida ontem. O senador lembrou que ela estava doente, em cadeira de rodas, e nem sequer chegou a participar do último ato em homenagem ao mártir da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Coretta King morreu dormindo.

Como o líder hindu Mahatma Ghandi, o pastor e teólogo Martin Luther King Junior adotou a estratégia da não-violência como forma de lutar pelos direitos dos negros.

Suplicy também sugeriu em Plenário que o presidente Lula se inspirasse no exemplo do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que proferiu seu discurso anual ontem diante do Congresso americano.

– Espero que daqui a 15 dias tenhamos a presença do presidente Lula no Congresso – complementou Suplicy.

Heráclito alerta sobre gravidade da estiagem no Piauí

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que o Piauí está enfrentando uma das piores e mais prolongadas estiagens dos últimos anos. Segundo ele,

mesmo na região dos cerrados, normalmente pouco atingida, choveu apenas 30 milímetros neste mês, contra uma média histórica de 200 a 250 milímetros.

– Nessa região, calcula-se que 20% da plantação de soja e 30% da plantação de arroz já estejam comprometidos – disse.

O senador informou que 97 municípios estão em estado de emergência e outros seis solicitaram a sua decretação, e que 150 mil famílias já foram atingidas.

– Mas muito pouco está sendo feito para enfrentar a seca pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT) – criticou Heráclito Fortes.

Valadares pede repactuação de dívida

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu apoio ao projeto da Câmara que trata da repactuação das dívidas dos produtores rurais na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

A matéria consta da agenda da convocação extraordinária e está sendo relatada por Fernando Bezerra (PTB-RN).

O projeto (PLC 142/05) determina a renegociação das dívidas dos agricultores vencidas e não pagas, e as vincendas,



Antônio C. Valadares

mediante redução de juros, alongamento de prazos e descontos para pagamento sobre o saldo devedor.

Na defesa da proposta, Valadares lembrou que 25% das famílias de pequenos produtores rurais do Nordeste tiveram queda acentuada nas rendas em função de crises causadas pelo baixo preço da safra e por intempéries como as secas e enchentes. Diante desses problemas, os agricultores não têm como quitar seus empréstimos.

Segundo José dos Santos Barbosa, projeto de novas cédulas de real para reduzir risco de falsificação depende de investimento público na modernização do parque produtivo do órgão



Romeu Tuma (segundo à esquerda) preside audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre falsificação de notas de real

Presidente da Casa da Moeda quer instituição mais moderna

A criação de uma nova família de notas de real poderá reduzir o risco de falsificação do meio circulante, previu ontem o presidente da Casa da Moeda do Brasil, José dos Santos Barbosa, durante audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Mas, para que isso se concretize, alertou, será necessário um investimento público na modernização do parque produtivo da instituição.

Barbosa observou que desde a década de 80, quando o Brasil chegou a competir no mercado internacional pela produção de moedas para outros países, não se realizam investimentos no setor. E recordou que está pronto, à espera de “autorização competente”, o projeto de uma nova família de cédulas de real, feito

com o Banco Central.

– Não há cédula infalsificável, mas sim uma cédula que permaneça livre de falsificação por mais tempo, até que o falsário descubra uma fórmula de falsificá-la. A Casa da Moeda necessita de um aporte de capital para entrar no século 21 com família moderna, tornando a sociedade mais protegida contra falsificações – disse Barbosa na audiência proposta pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

De acordo com o chefe do Departamento do Meio Circulante do Banco Central, João Sidney de Figueiredo Filho, a segunda família de cédulas do real dificultará o processo de falsificação. Serão usadas cores que possam dificultar cópia. E os tamanhos das diversas notas serão dife-

rentes, o que, observou, ajudará também no reconhecimento das cédulas por deficientes visuais.

Enquanto as novas notas não chegam, a principal recomendação feita aos cidadãos, durante a audiência, foi a de se prestar mais atenção aos itens de segurança das atuais cédulas.

– Se a sociedade brasileira conhecer melhor os elementos de segurança, não vai receber tantas notas falsas – previu o diretor de Administração do Banco Central, João Antônio Fleury Teixeira.

Segundo estudo apresentado pelos técnicos do banco, 97% das falsificações são grosseiras e não contêm sequer a marca d’água existente nas notas oficiais. A pesquisa indica ainda que apenas 53% da população tem o costume de verificar as notas que recebe.

saber, notas falsas.

– O cidadão acaba ficando indefeso – observou Azeredo.

A origem das cédulas falsas foi questionada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Em resposta, o diretor de Administração do Banco Central, João Antônio Fleury, observou que a grande maioria das notas falsificadas é produzida no próprio país em condições que definiu como “primárias”. Ele advertiu, porém, que as falsificações mais sofisticadas são feitas em países vizinhos, nos mesmos locais onde se produzem também cédulas falsas de euro e de dólar.

Decreto presidencial vai liberar gastos de custeio dos ministérios

O presidente Lula deve assinar decreto autorizando os ministérios a gastarem por mês um doze avos (8,33%) das despesas de custeio urgentes e inadiáveis previstas na proposta de orçamento enviada ao Congresso. Com isso, o presidente quer garantir o ritmo normal da máquina pública, mesmo com o atraso na votação do projeto do Orçamento de 2006, ainda sob exame do Congresso. A informação é do relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC).

O decreto deve autorizar gastos para três meses e tratará de despesas de custeio, como gasolina, fotocópias, contas de água, energia e telefone. Os gastos que dependem do decreto representam cerca de 7% do Orçamento.

O relator acredita que o Congresso terminará a votação do Orçamento até o próximo dia 14, último dia da convocação extraordinária. Nesta semana, a Comis-

são Mista de Orçamento tem feito esforço concentrado para discutir e votar os relatórios setoriais. A seguir, Merss apresentará o texto final consolidado, que deve ser votado pela comissão e pelo Plenário do Congresso.

O relator ainda tem vários “buracos” para tapar no Orçamento de 2006. Ele precisará de pelo menos mais R\$ 8 bilhões para conceder reajuste ao funcionalismo, garantir dinheiro para ressarcimento aos estados por causa da Lei Kandir, aumentar os gastos com saúde e sustentar o funcionamento do futuro Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

A idéia é conceder reajustes salariais maiores para as categorias que nada tiveram no governo Lula, para que ao final do mandato todos tenham no mínimo uma correção de 29% – mesmo percentual projetado para a inflação dos quatro anos do mandato.



Presidente da CMO, Mestrinho (segundo à esq.) diverge sobre emendas a outro relatório

Relatório de Planejamento e Desenvolvimento Urbano é aprovado

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem relatório que ordena as despesas da área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano no Orçamento de 2006. Contudo, ficaram para ser examinados mais adiante os destaques ao texto base, por meio dos quais os parlamentares esperam ampliar o valor das emendas das bancadas estaduais.

No relatório, cerca de R\$ 5 bilhões dos recursos estão alocados em unidades do Ministério do Planejamento e R\$ 2,2 bilhões correspondem aos gastos da pasta das Cidades. Nesta, porém, concentra-se o maior volume das emendas das bancadas estaduais e os apelos dos parlamentares para ampliação de seus valores.

Houve polêmica sobre 24 emendas apresentadas ao relatório da área de Integração e Meio Ambiente pelo sub-relator da área,

deputado José Chaves (PTB-PE), por solicitação do ministro interino da Integração para modificar despesas da pasta. O presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), antecipou que vai declarar “inadmitidas” as emendas. Segundo ele, os sub-relatores estão limitados pelo regimento a corrigir erros técnicos e materiais.

O sub-relator disse que vai lutar para manter as emendas. Para isso, anunciou que está disposto a obstruir os trabalhos, com pedido de verificação de quórum. A posição de Chaves põe em risco acordo de lideranças para acelerar a votação dos relatórios e fechar a votação final do Orçamento dentro da convocação extraordinária, que se encerra em 14 de fevereiro. Até o momento, apenas quatro dos dez relatórios setoriais foram aprovados.